

Anexo I do Plano Anual de Auditoria de 2018

Nº	<u>Descrição Sumária</u> (indicação da Área/Processo auditada(o) e do Conhecimento específico exigido para realizar a auditoria):	<u>Risco e Relevância</u> (indicação do risco inerente ao objeto a ser auditado e sua relevância em relação ao órgão):	<u>Classificação da Auditoria:</u>	<u>Objetivo(s)</u> (indicação dos resultados esperados e especificação de que forma a vulnerabilidade do objeto a ser auditado pode ser mitigada):	<u>Escopo</u> (indicação da amplitude dos exames em relação ao universo de referências do objeto a ser auditado):	<u>Data</u> (início e término):	Previsão da equipe que realizará os exames de auditoria:
1	<p>Área auditada: Processo de contratação</p> <p>Conhecimentos específicos: Lei nº 8.666/1993, Lei nº 10.520/2002, Instrução Normativa CNJ nº 44/2012, Resoluções CNJ nº 182/2013, nº 169/2013 e nº 183/2013. Acórdãos do TCU sobre planejamento das contratações.</p>	<p>Risco: Improriedades no procedimento licitatório, que levam à inadequada utilização dos recursos públicos ou anulação do certame.</p> <p>Comprometimento da execução contratual em razão de falha no planejamento da contratação.</p> <p>Relevância: cumprimento de formalidades, preceitos</p>	Auditoria de Conformidade	<p>Objetivo: Avaliar o conteúdo dos documentos utilizados para formalização do planejamento das contratações, em especial o documento de oficialização da demanda e os estudos técnicos preliminares, bem como análise do processo licitatório quanto à regularidade na instrução e legalidade dos procedimentos adotados, até a assinatura do contrato.</p>	<p>Escopo: Serão selecionados processos de aquisição/prestação de serviços por relevância e materialidade.</p>	<p>Data: janeiro a março de 2018.</p>	Três servidores

		legais e exigências oriundas do TCU.					
2	<p>Área auditada: Processo Anual de Contas.</p> <p>Conhecimentos específicos: Decisões Normativas do TCU sobre o processo de contas anual, Resolução TCU nº 234/2010, Instrução Normativa TCU nº 63/2010, Lei Complementar nº 101/2000, Leis nº 8.666/1993, nº 8.112/1990, nº 10.520/2000 e legislação correlata.</p>	<p>Risco: inobservância dos objetivos para os quais foram aprovados os programas e recursos públicos.</p> <p>Relevância: cumprimento de formalidades, preceitos legais e atingimentos dos indicadores de gestão, bem como avaliação de controles internos.</p>	Auditoria de Gestão	<p>Objetivo: avaliar a governança, os mecanismos de transparência, a regularidade dos atos, a confiabilidade das demonstrações financeiras e o desempenho da gestão.</p>	<p>Escopo: avaliação de informações e documentos que compõem o Processo de Contas Anual definido pelo Tribunal de Contas da União.</p>	<p>Data: abril a maio 2018.</p>	Dois servidores
3	<p>Área auditada: Implantação da Política de Acessibilidade no Conselho Nacional de Justiça.</p>	<p>Risco: Inobservância das normas de acessibilidade nas dependências do CNJ e nos sistemas</p>	Auditoria Operacional	<p>Objetivo: Avaliar a Política de Acessibilidade do CNJ, especialmente em relação às medidas adotadas para cumprimento das exigências da Lei nº 10.098/2000, do</p>	<p>Escopo: Avaliação das Política de Acessibilidade do CNJ, desde a concepção até a implementação de ações de acessibilidade.</p>	<p>Data: junho a agosto de 2018.</p>	Dois servidores.

	<p>Conhecimentos específicos: Lei 10.098/2000, Decreto 5.296/2004, Resolução CNJ nº 230/2016, Norma ABNT NBR 9050.</p>	<p>informatizados geridos pelos CNJ.</p> <p>Relevância: Implantação de políticas públicas efetivas que visem à inclusão social da pessoa com deficiência.</p>		<p>Decreto nº 5.296/2004, da Resolução CNJ nº 230/2016 e das normas técnicas da ABNT aplicáveis</p>			
4	<p>Área auditada: Pesquisas Judiciárias</p> <p>Conhecimentos específicos: Planejamento Estratégico do CNJ (Portaria CNJ nº 167/2015), Pesquisas</p>	<p>Risco: Emprego de recursos públicos em pesquisas que não geram retorno para o CNJ e, conseqüentemente, à sociedade.</p> <p>Má gestão dos recursos destinados às pesquisas judiciárias.</p>	<p>Auditoria Operacional.</p>	<p>Objetivo: Avaliar a utilização de resultado das pesquisas contratadas na formulação ou embasamento de políticas do CNJ.</p>	<p>Escopo: Será avaliado o retorno social das pesquisas judiciárias realizadas pelo CNJ.</p>	<p>Data: setembro a novembro de 2018.</p>	<p>Dois servidores.</p>

	Judiciárias publicadas no portal do CNJ na <i>internet</i> .	Relevância: Alcance do objetivo estratégico do CNJ para realização e incentivo de pesquisas, estudos e diagnósticos do Poder Judiciário.					
5	Área Auditada: Contratações Diretas Conhecimentos Específicos: Lei nº 8.666/1993 e legislação correlata; IN CNJ nº 44/2012; processos de trabalho relacionados	Risco: Impropriedades nos procedimentos de contratação por dispensa ou inexigibilidade de licitação; utilização inadequada de recursos públicos. Relevância: Cumprimento de normas legais e infra legais e de determinações do Tribunal de Contas da União.	Auditoria de Gestão	Objetivo: Avaliar os procedimentos adotados para as contratações diretas realizadas no exercício de 2017 quanto ao atendimento às normas vigentes, à instrução processual, à adequação aos processos de trabalho e ao atingimento dos objetivos estratégicos do CNJ (a avaliação ocorrerá do planejamento até a formalização da contratação).	Escopo: Os processos a serem analisados serão selecionados por critérios de relevância e materialidade.	Data: Janeiro a março de 2018.	Três servidores.
6	Área auditada: Gestão Socioambiental	Risco: Baixo percentual de implementação das ações previstas Plano de	Auditoria de Resultado	Objetivo: Avaliação do atingimento do objetivo estratégico “Fomentar	Escopo: Análise dos documentos relacionados ao Plano de Logística	Data:	Três servidores

	<p><u>Conhecimentos</u> <u>Específicos:</u> Planejamento Estratégico; Plano de Logística Sustentável; Resolução CNJ nº 201/2015; Portaria CNJ nº 60/2016; Documentos elaborados nas Reuniões de Análise Estratégicas (RAEs).</p>	<p>Logística Sustentável do CNJ; ausência de formalização das ações.</p> <p><u>Relevância:</u> Cumprimento do Planejamento Estratégico do CNJ.</p>		<p>práticas de sustentabilidade, racionalização dos recursos públicos e redução do passivo ambiental”.</p>	<p>Sustentável do CNJ, dos indicadores correlatos e das ações implementadas em comparação às previstas.</p>	<p>Junho e julho de 2018.</p>	
7	<p><u>Área auditada:</u> Comunicação Interna e Divulgação de Ações Institucionais</p> <p><u>Conhecimentos</u> <u>Específicos:</u> Planejamento Estratégico; Documentos elaborados nas Reuniões de Análise Estratégicas (RAEs); Portal do CNJ; <i>Intranet</i>.</p>	<p><u>Risco:</u> Baixa divulgação de ações institucionais; desatualização de informações nos canais de comunicação do CNJ.</p> <p><u>Relevância:</u> Cumprimento do Planejamento Estratégico do CNJ.</p>	<p>Auditoria de Resultado</p>	<p><u>Objetivo:</u> Avaliação do atingimento do objetivo estratégico “Estimular a comunicação interna, a integração e a colaboração no âmbito do CNJ e ampliar a divulgação externa das ações institucionais”.</p>	<p><u>Escopo:</u> Análise dos documentos, processos de trabalho, publicações e projetos relacionados à comunicação interna do CNJ e à divulgação de ações institucionais, com foco especial nas informações inseridas no Portal do CNJ e na <i>Intranet</i>.</p>	<p><u>Data:</u> Agosto e setembro de 2018.</p>	<p>Quatro servidores.</p>
8	<p><u>Área auditada:</u> Planejamento Estratégico</p>	<p><u>Risco:</u> Ausência de padronização dos</p>	<p>Auditoria de Resultado</p>	<p><u>Objetivo:</u> Avaliar a efetividade dos</p>	<p><u>Escopo:</u> Serão analisados os processos de trabalho,</p>	<p><u>Data:</u></p>	<p>Três servidores</p>

	<p><u>Conhecimentos</u> <u>Específicos:</u> Planejamento Estratégico; Documentos elaborados nas Reuniões de Análise Estratégicas (RAEs).</p>	<p>procedimentos para elaboração do planejamento estratégico; baixa aderência ao planejamento estratégico do CNJ.</p> <p><u>Relevância:</u> Elaboração e acompanhamento do Planejamento Estratégico do CNJ.</p>		<p>procedimentos adotados pelo CNJ para elaboração, acompanhamento e revisão do planejamento estratégico.</p>	<p>processos administrativos e outros documentos relacionados à elaboração e ao acompanhamento do Planejamento Estratégico do CNJ.</p>	<p>Outubro e novembro de 2018.</p>	
--	--	---	--	---	--	------------------------------------	--